

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 64

Data: 1 de setembro de 1982

Pg.: _____

Carajás em questão

O chamado Programa do Grande Carajás, destinado à exploração de minérios numa região que abrange mais de 10% do território brasileiro, tem sido apresentado pelo governo federal como um projeto de investimentos que contribuirá de forma decisiva para uma verdadeira redenção do desenvolvimento do País nas próximas décadas.

Na perspectiva governamental, o projeto transformará a mais rica província mineral do mundo numa fonte de preciosas divisas para equilibrar nosso balanço de pagamentos. Isto, sem levar em conta seus efeitos diretos e indiretos sobre o crescimento do emprego, da agropecuária e da indústria, que ofereceriam uma alternativa de acelerado desenvolvimento à Região Norte do País e expandiriam os mercados para a indústria da Região Sul.

Do ponto de vista do volume de recursos a ser mobilizado, as informações disponíveis indicam números significativos. Apenas até 1985 já teremos investido na mineração de ferro e alumínio, bem como em energia e transporte, cerca de Cr\$ 1,8 trilhão (a preços de 1982) — ou mais de 10 bilhões de dólares (ao provável câmbio médio de 1982) —, sendo 53% desse total cobertos no próximo triênio. Neste ano, não obstante todas as dificuldades que a economia atravessa, teremos investido em Carajás cerca de Cr\$ 400 bilhões — um montante equivalente a mais ou menos um terço do orçamento a ser realizado no Estado de São Paulo.

Segundo estimativas governamentais os resultados, em termos de ingressos líquidos de divisas, seriam compensadores: computando-se exportações, entrada de capitais de risco, empréstimos, importações, juros e amortizações, o balanço de Carajás já nesta década seria altamente positivo, perfazendo um superávit de quase 5 bilhões de dólares, o qual dobraria na década seguinte.

Tão ou mais enfáticos que o entusiasmo governamental com o Projeto Carajás parecem ser os reparos que vêm sendo feitos por diferentes setores, incluindo técnicos, jornalistas e empresários. Menciona-se, por exemplo, o virtual equívoco de o Brasil dispor de recursos não-renováveis e escassos para atender a uma demanda mundial pouco dinâmica e a baixo preço. Ressalta-se também a inconveniência de abrir a exploração de minérios aos capitais estrangeiros, ou subsidiar seus preços de exportação (caso do alumínio), mediante venda de energia hidrelétrica a preços aviltados. Considera-se ainda que o

programa dificulta o acesso às empresas nacionais, é megalomaniaco, em face não apenas das perspectivas pouco favoráveis de demanda mundial mas também de nossas estreitas disponibilidades de recursos. Acusa-se finalmente o governo de não fazer uma correta avaliação do projeto, em termos de seus custos de produção e transportes. Sem esquecer dos protestos quanto à possível devastação do meio ambiente amazônico, associada à realização do Programa do Grande Carajás.

Em sua defesa aos reparos acima, o governo poderá invocar, às vezes com razão, um certo emocionalismo ou exagero dos críticos. Mas a entrevista do sr. Nestor Jost, secretário executivo do referido Programa, no amplo dossiê sobre o assunto publicado por este jornal, mostrou que não parece fácil responder de forma convincente a muitas das críticas. Por exemplo, a que se refere à energia subsidiada ou às deficientes avaliações de custos. É precisamente a sistematização e o confronto dos argumentos pró e contra o atual Projeto Carajás o objetivo maior das reportagens desta "Folha" sobre o tema.

A título de sugestão para o debate, permitimo-nos chamar a atenção para um aspecto fundamental da estratégia do governo sobre Carajás, que, não obstante, tem sido pouco enfatizado e analisado. Referimo-nos à idéia de que, mediante Carajás, o Brasil poderia restaurar e manter elevado o otimismo da comunidade financeira internacional e dos investidores estrangeiros sobre sua economia. Ou seja, utilizaria Carajás não apenas para obter financiamentos e atrair capitais de forma direta, mas também para atrair recursos de empréstimo e capitais de risco destinados a remediar outras situações e desenvolver outros projetos. Trata-se de premissa cuja identificação permitiria entender a lógica (ou a falta de lógica) governamental em vários dos procedimentos hoje sujeitos a reparos. Nesse sentido aquela premissa envolve custos. Será, não obstante, realista? Ou seja, os eventuais descuidos técnicos, concessões excessivas ou exageros megalomaniacos no Grande Carajás serão compensados, e vantajosamente, por uma grande recuperação do charme internacional da economia brasileira?

O dossiê "Folha" em torno do Projeto do Grande Carajás prossegue recolhendo dados e opiniões que contribuam para o esclarecimento efetivo desta questão de extraordinária magnitude.

Voltaremos ao assunto.